

[Portaria n.º 60/2023, de 31 de janeiro](#) - Estabelece as taxas devidas pelos serviços prestados e os preços dos diversos produtos comercializados

[Lista de Espécies Isentas de Licença prevista no artigo 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º17/2023/M, de 11 de abril, retificado pela Declaração de Retificação n.º2/2023/M, de 2 de maio](#) (sem prejuízo do cumprimento de outras disposições legais)

[Decreto Legislativo Regional n.º 17/2023/M](#) - Aprova o regime jurídico aplicável ao controlo, à detenção, à introdução na natureza e ao repovoamento de espécies exóticas na Região Autónoma da Madeira e assegura a execução, na ordem jurídica regional, do Regulamento (UE) n.º 1143/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro de 2014, relativo à prevenção e gestão da introdução e propagação de espécies exóticas invasoras.

[Lista Regional de Espécies Invasoras](#)

[Decreto-Lei n.º 8/2022/M, de 3 maio](#) - Aprova o novo regime jurídico da Reserva Natural das Ilhas Selvagens.

[Decreto Legislativo Regional n.º 7/2021/M, de 16 de março](#) - Cria a Rede de Monumentos Naturais da Região Autónoma da Madeira

[Portaria n.º 371/2018](#) - Aprova as condições para o exercício das atividades no meio marinho da Reserva Natural das Ilhas Selvagens, bem como o respetivo Regulamento Interno relativo às atividades humanas.

[Portaria n.º 124/2018 - Altera a Portaria n.º 30/2017](#), de 8 de fevereiro a qual estabelece as taxas dos produtos comercializados e dos serviços prestados.

[Resolução n.º 303/2017, de 15 de maio](#) - Aprova a revisão do Plano de Ordenamento e Gestão das Ilhas Selvagens (POGIS).

[Portaria 78/2017, de 16 de março](#), que suspende parcialmente a produção de efeitos da Portaria 30/2017, de 8 de fevereiro, que estabelece as taxas devidas pelos serviços prestados pelo Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM.

[Portaria n.º 30/2017, de 8 de fevereiro](#) - Estabelece as taxas dos produtos e serviços prestados pelo IFCN

[Despacho n.º 354/2016, de 21 de setembro](#) - cria uma comissão técnico-científica, com a finalidade de acompanhar a candidatura das Ilhas Selvagens a Património Mundial da UNESCO.

[Resolução do Conselho de Governo n.º 218/2016, de 6 de maio](#) - Determina a revisão do Plano de Ordenamento e Gestão das Ilhas Selvagens.

[Decreto Regulamentar Regional n.º 3/2014/M, de 3 de março de 2014](#) -  
Procede à classificação das Zonas de Proteção Especial (ZPE) da Região  
Autónoma da Madeira.

[Resolução do Conselho da Europa \(2012\) 8](#) - Renovação do galardão do  
Diploma Europeu para as Áreas Protegidas atribuído às Ilhas Selvagens  
desde 1992, por mais 10 anos.

[Edital da Capitania do Porto do Funchal nº15/2011, de 29 de novembro](#) -  
Interdita a atividade de pesca na Reserva Natural das Ilhas Selvagens.

[Resolução do Conselho de Governo n.º 1292/2009, de 2 de outubro](#) - Aprova o  
Plano de Ordenamento e Gestão das Ilhas Selvagens (POGIS).

[Resolução do Conselho de Governo n.º 1291/2009, de 2 de outubro](#) - Procede  
à classificação de Sítio de Importância Comunitária (SIC) para Zona  
Especial de Conservação (ZEC).

[Edital da Capitania do Porto do Funchal nº9/2006, de 8 de setembro](#) -  
Estabelece os fundeadouros nas Ilhas Selvagens e regula o período do ano  
em que poderá ser praticado o fundeadouro da Selvagem Pequena.

[Decreto Regional nº11/81/M, de 15 de maio](#) - Altera o Decreto Regional  
nº15/78/M, de 10 de março.

[Decreto Regional nº15/78/M, de 10 de março](#) - Classifica as Ilhas Selvagens  
como Reserva Natural.

[Decreto Lei nº458/71, de 29 de outubro](#) - Classifica as Ilhas Selvagens  
como Reserva.

[Consulte ainda o Plano de Ordenamento e Gestão das Ilhas Selvagens](#)